

## 2 Desenvolvimento local e economia solidária

*"(...) Since the measuring device has been constructed by the observer, and we have to remember that what we observe is not nature in itself but nature exposed to our method of questioning."*

*Werner Heisenberg (1958)*

### 2.1 Significações e interconexões do local

Entre as diferentes perspectivas que abordam o desenvolvimento local, um dos elementos mais significativos para criar e desenvolver inovações consiste no vínculo entre os recursos oriundos de uma determinada região e os elementos sociais que o compõem. Deste modo, iniciativas que buscam congregar as potencialidades do território e de sua população avançam em direção ao desenvolvimento pelo viés da inovação. A partir deste enfoque, a inovação orientada aos propósitos sociais passa a ser reconhecida como um instrumento de desenvolvimento e criação de valor em um *continuum* entre os meios e os fins.

Por sua vez, as ações sociais inovadoras se encontram fortemente correlacionadas ao desenvolvimento do local e aos seus sistemas próprios de consumo e produção. Assim, a ampliação do valor dos recursos materiais e imateriais envolve uma multiplicidade de interações transversais que atuam como respostas únicas aos desafios apresentados pelas tensões entre o global e o local.

Os preceitos das inovações sociais orientadas ao desenvolvimento local apresentam ampla correlação com os ideais que fundamentam as práticas solidárias. Essas práticas articulam-se nas diferentes dimensões que estruturam o desenvolvimento em dado território, promovendo a inclusão e a integração do capital humano nas esferas ambiental, sociopolítica, simbólica e econômica. A integração destas práticas, por sua vez, passa a promover transformações que vão sendo adaptadas e renovadas de acordo com o funcionamento interno de determinada localidade.

Nesta perspectiva, o design enquanto prática social tem muito a contribuir na ampliação das potencialidades locais e em seu posicionamento estratégico

frente à heterogeneidade das nuances socioeconômicas. Nas iniciativas locais o design pode auxiliar no desenvolvimento de inovações que estabeleçam conexões entre as categorias extrínsecas e intrínsecas ao projeto, que tem origem nas intercessões contínuas entre os recursos, os saberes e as práticas locais que influenciam as mudanças.

Com base nesse panorama e tendo em vista o estabelecimento dos conceitos e a contextualização do tema investigado, bem como as principais intersecções entre o desenvolvimento local e a economia solidária, este capítulo buscará atender aos seguintes propósitos:

- i) Expor as principais noções e significações sobre o local;
- ii) Conceituar desenvolvimento local e as dimensões que interagem em sua gênese e em suas dinâmicas;
- iii) Investigar as interconexões entre a economia solidária e o desenvolvimento local e contextualizar o surgimento das ideias e práticas da economia solidária no Brasil.

## **2.2 O local como espaço, como lugar, como território**

As noções que envolvem a compreensão do local, enquanto conceito teórico e enquanto ambiente de práticas sociais, remetem às conexões relacionais pertencentes ou relativas a determinado lugar. Albagli define o local a partir de seu contraste ante o global, que circunscreve determinada localidade “cidade, bairro, rua, região ou nação” e nestes casos se caracteriza como um “subespaço ou um subconjunto espacial, envolvendo algum modo de delimitação ou recorte territorial, o que se expressa em termos econômicos, políticos e culturais” (ALBAGLI, 1999:181).

Em contraposição, o “global” é definido pela autora, por seus limites difusos ou inexistentes, não apresentando fronteiras internas “enquanto internacional e multinacional têm como referência os espaços nacionais, seja, no primeiro caso, correspondendo a relações entre nações, seja, no segundo caso, a acontecimentos ou atividades ocorridas em mais de uma nação” (ALBAGLI, 1999:182).

No campo das ciências naturais o território foi inicialmente compreendido como um espaço físico definido, em que coexistem as diferentes espécies animais e vegetais. De modo subsequente e a partir de diferentes abordagens, foi sendo

incorporada a esta ideia, a noção de território como espaço de inter-relações entre os elementos que o constituem (FLORES, 2006:4).

Ou seja, o ambiente e sua materialidade passam a ser mediados pelos vínculos relacionais que interconectam os grupos sociais, tornando cada indivíduo um dos elos que compõem as ações coletivas no espaço-tempo comum. Estes vínculos por sua vez, passam a delinear as características identitárias e de pertencimento que distinguem e singularizam os territórios.

A origem etimológica do termo “território” advém do latim, *territorium*, que deriva da palavra “terra” e se refere a um pedaço de terra apropriado. A partir da língua francesa originaram-se os termos: *territoire* e *terroir*. Fundamentando-se na significação atribuída por Le Berre (1983) para a origem do primeiro termo, Albagli (2004:26) o define como os elementos sobre o quais o príncipe reina, abrangendo a terra e seus habitantes.

O termo *terroir* por sua vez, não apresenta tradução adequada em nenhuma outra língua moderna. Seu significado é abrangente, pois se encontra intrinsecamente ligado ao território, compreendendo as particularidades de seu agrossistema e de suas condições edafoclimáticas, que inclui fatores como o clima, relevo, solo, temperatura, para citar alguns. Estas condições determinam a interferência de determinado ambiente nos seres vivos e vice-versa, definindo também o modo de uso da terra pelos seus habitantes, o que confere ao *terroir* especificidades singulares e originais em seus produtos e modos de produção (NASCIMENTO; SOUZA, 2004:183-185).

A espacialidade dos territórios é então compreendida, não como um espaço inerte à mercê de influências externas, mas como local de acumulação histórica em que ocorrem as tessituras entre a verticalidade e a horizontalidade das relações sociais, dos recursos e dos atores. Por sua vez estes aspectos condicionam de modo peculiar os processos de inovação e desenvolvimento, podendo assumir contornos positivos ou negativos, de acordo com as especificidades do lugar em que se originam.

O lugar como categoria real e concreta é definido por Milton Santos como o espaço da existência e da coexistência humana, socialmente produzido e determinado não somente por sua materialidade, mas pelo uso que se faz dele (SANTOS, 2005). A partir do conceito de “espaço banal” de François Perroux,

Milton Santos elabora a noção de verticalidade e horizontalidade como forças que compõem as relações sociais no espaço do território (SANTOS, 2005:256).

Nesta concepção, o espaço banal é o espaço de todos e sua horizontalidade se caracteriza por uma contiguidade entre os lugares vizinhos, envolvendo circunstâncias de proximidade e interação em uma mesma dimensão temporal, coligadas pelas adjacências territoriais, que vão compor o espaço local. De acordo com o pensamento de Santos, o espaço global por sua vez é composto pelos domínios da verticalidade e evidenciado pela constituição das redes.

As redes articulam parte do espaço formado por circunstâncias remotas, distantes entre si, porém conectadas por meio das configurações e das dinâmicas sociais. Deste modo, as redes designam apenas uma fração do espaço e, portanto representam o espaço de alguns. O autor salienta que o território pode ser configurado por lugares contíguos e lugares em rede “são, todavia os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas” (SANTOS, 2005:256).

Para o autor, a interação simultânea que ocorre, apesar das diferenças entre indivíduos e lugares, determina sua proposição de lugar como “espaço do acontecer solidário” (SANTOS, 2005:256). Este espaço de solidariedade pressupõe a interação de vivências, coligadas e simultâneas, que vão definir os usos e valores de noções culturais, antropológicas, ambientais, econômicas e sociais, entre outras. A partir deste panorama torna-se importante discutir o papel do local, enquanto arena de relações sociais, políticas e econômicas em meio ao atual contexto de mudanças em nível mundial.

Frente às tensões existentes entre as esferas globais e locais, não é possível abordar a valorização do território sem abordar os aspectos convergentes e divergentes que regulam estas relações. Entre as teorizações que abordam o tema, alguns pontos de vista compreendem a globalização como a anulação do espaço geográfico, representada pela desterritorialização das atividades humanas e pela desapropriação da identidade do lugar, enquanto singularidade.

Em confronto com estas ideias, outras abordagens identificam novas oportunidades para a valorização e reinvenção do local, pois à medida que se amplia a importância de diferenciação entre os lugares são percebidas distintas possibilidades de reafirmação espacial do território. Há ainda uma terceira perspectiva, que estabelece um vínculo entre as visões anteriores, admitindo a

permanência das identidades locais, ainda que sob a influência das forças padronizadoras que regem a globalização (ALBAGLI, 1999:181).

A presente tese adota a terceira perspectiva teórica para a realização desta investigação, também corroborada pelo pensamento de Méndez (2007). Sob o ponto de vista deste autor se reconhece as influências das forças globalizantes e o seu impacto heterogêneo sobre as sociedades e os territórios, mas também se compreende o potencial construído pelos próprios atores para responder aos desafios contemporâneos de modo singular e diferenciado. Deste modo, a multiplicidade de respostas possíveis é compreendida como o resultado das influências do entorno e do conjunto de inter-relações tecidas em rede e compostas pelo conjunto de elementos que interage entre si.

### **2.3 O local e suas dimensões de desenvolvimento**

Os aspectos que integram o desenvolvimento e o fortalecimento local passaram a ser amplamente discutidos nas décadas finais do século XX. Este modelo de desenvolvimento compreende novos modos de ordenamento, fundamentados em melhorias econômicas e socioambientais, em um arranjo efetivo entre os agentes e os recursos que constituem um dado lugar.

De modo mais circunscrito, se aproxima da noção de desenvolvimento humano, disseminada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que parte do pressuposto que “para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana” (PNUD, 2011).

Deste modo, o fator humano e os recursos físicos que constituem as especificidades territoriais são destacados por Dowbor (2006) como elementos essenciais no desenvolvimento do local. Para o autor, a existência de uma ação integrada entre os cidadãos e as potencialidades do ambiente físico em que habitam, ocorre a partir da associação entre duas dimensões essenciais: a participação e a utilização dos espaços e dos recursos.

A ampliação do debate sobre a necessidade de ampliar o desenvolvimento local e reaproximá-lo das expectativas de seus habitantes tem se confrontado com

o processo de globalização, que interfere nos modos de produção e utilização em nível mundial.

Em contrapartida, diferentes questionamentos têm sido levantados sobre: costumes e demandas, modelos tecnológicos desenvolvidos e modos de utilização, formas de intervenção política e econômica e o modo de distribuição de produtos locais no mercado, tendo em vista a construção de novos modelos de desenvolvimento (FLORES, 2004). Para que o enfoque orientado para o desenvolvimento local se torne efetivo e duradouro é importante que os atores (indivíduos e organizações) iniciem e conduzam os processos de desenvolvimento a partir de suas próprias dinâmicas, reconhecendo suas características endógenas de diferenciação e competitividade.

A ampliação da exigência e da consciência socioambiental dos consumidores também abre espaço para a geração de novas interconexões entre a sociobiodiversidade e o mercado. O aumento da demanda por produtos com menor impacto sobre o ambiente natural, com maior valor cultural agregado, livre de contaminantes ou componentes químicos e com um novo conceito de qualidade ampliam as possibilidades estratégicas de desenvolvimento local, a partir de seus componentes econômicos, ambientais, sociais e culturais (FLORES, 2004).

As singularidades que distinguem as localidades e seus habitantes constituem uma dinâmica territorial peculiar, que vão compor as dimensões do local. Nesta tese a compreensão do termo “dimensão” vai além do sentido usualmente utilizado para definir a extensão ou medida de um determinado elemento. Por conseguinte, as dimensões são entendidas de modo abrangente, como os espaços relacionais que integram determinadas qualidades e propriedades que coexistem em uma localidade.

Albagli (2004:36-45), no estudo denominado “Território e Territorialidade” determina quatro dimensões distintas que interagem na gênese, na dinâmica e na diferenciação dos territórios e das territorialidades e delineiam as forças internas e externas que os singularizam. Estes elementos vão moldar as características físicas e sociais internas ao território e também o modo como este se situa em estruturas mais amplas, em sua relação com as esferas globais. Sendo elas:

i) Dimensão ambiental<sup>9</sup>: o cenário físico e suas propriedades geoecológicas e naturais, bem como os resultados das ações humanas sobre o ambiente;

ii) Dimensão sociopolítica: modo como ocorrem as interações sociais e as relações de domínio, influência e construção de demandas;

iii) Dimensão simbólica: corpo de relações culturais e afetivas entre um grupo social e um determinado lugar, que constituem a apropriação simbólica do espaço e a construção de identidades;

iv) Dimensão econômica: modo de arranjo dos processos sociais de produção, consumo e comercialização em um determinado espaço.

Com a finalidade de compreender as estratégias mais adequadas para promover inovações torna-se necessário considerar as convergências e divergências entre as variadas forças e processos de articulação e oposição nas dimensões locais. Deste modo, as dimensões supracitadas serão apresentadas de modo mais detalhado, pois congregam as qualidades e os valores que vão integrar os produtos e serviços vinculados a uma determinada comunidade ou grupo produtivo, bem como seu modo de produção, distribuição e consumo.

### **2.3.1 Dimensão ambiental**

Esta dimensão corresponde à materialidade do território, constituída tanto por suas características e propriedades naturais (como por exemplo: clima, solo, relevo, vegetação, entre outros) quanto pelas especificidades das ações e práticas territoriais desempenhadas pelos grupos sociais que o habitam.

A localização geográfica particular de cada território define suas características naturais e suas configurações territoriais, entretanto os diferentes usos que se faz dos recursos podem acarretar resultados positivos ou negativos. Esses resultados podem variar de acordo com a ênfase nas potencialidades locais ou em práticas predatórias que degradem o ambiente e as condições socioeconômicas de seus habitantes. Neste sentido, o arranjo do espaço e dos recursos físicos é construído de modo dialético, a partir dos processos relacionais

---

<sup>9</sup>Albagli (2004:36-38) denomina o cenário físico e os resultados das ações humanas sobre o ambiente como “dimensão física”, entretanto devido às considerações teóricas (apresentadas no Capítulo 3) e tendo em vista a finalidade de pesquisa da presente tese, essa dimensão será denominada como “dimensão ambiental”.

configurados pelas práticas socioculturais, políticas e econômicas, que transformam de modo definitivo o contexto socioambiental.

Milton Santos (2002:61-87), em seu livro "A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção", aborda estas questões quando correlaciona as variações do espaço geográfico com os "elementos fixos" e com os "fluxos" que o compõem. Santos defende que os fixos ("fixados em cada lugar") – que neste caso, podemos compreender como os recursos inerentes a cada ambiente –, permitem as ações diretas ou indiretas, denominadas de fluxos, as quais transformam as condições ambientais e sociais.

Por outro lado, estes fluxos modificam o significado e a valoração dos fixos e, por sua vez, também são modificados. Assim, "em um mesmo contexto espacial, existem múltiplas possibilidades de percursos e estilos de desenvolvimento" (ALBAGLI, 2004:38).

Corroborando essa ideia Vieira Pinto (2005:285) defende que, a partir da análise da sequência histórica é possível verificar que as distintas composições sociais refletem-se nas técnicas que manejam. Entretanto não significa "que a técnica por si mesma passe a desempenhar a função de motor do processo histórico", pois existe uma inter-relação dialética recíproca – de um lado a técnica funciona como elemento de transformação social e, por outro lado, o progresso da técnica ocorre a partir da direção em que a humanidade conduz a sua história, de modo a resolver as demandas com o meio ambiente, o contexto social, a produção de bens materiais e as necessidades de convivência. Com base nessas afirmações o autor salienta que o homem cria o engenho para que este produza melhor os bens, os quais por sua vez irão recriar o mesmo homem, no intuito de lhe propiciar condições mais convenientes de existência.

Considerando as noções de ação do homem sobre o ambiente apresentadas neste tópico verifica-se que, conforme o homem vai compondo sua história o mesmo passa a alterar significativamente o ambiente e as dinâmicas sociais que nele ocorrem. Trazendo à discussão o objeto desta pesquisa – que consiste em um estudo sobre as contribuições do design na elaboração de possibilidades de inovação nas diferentes dimensões do desenvolvimento local –, torna-se necessário compreender que as inovações em design não se referem apenas a produtos ou aspectos materiais e não se fundamentam somente na solução de



problemas de ordem física, mas envolvem a intencionalidade da ação humana e o contexto das relações políticas e sociais.

### **2.3.2 Dimensão sociopolítica**

As relações e apropriações que ocorrem no território vão compor um conjunto de intervenções, influências e domínios efetuados por determinados atores ou grupos sociais sobre um determinado espaço. A natureza destas mediações se encontra diretamente relacionada com a imagem subjetiva de mundo, concebida pelos respectivos atores de acordo com seus distintos pontos de vista, compostos pelas opções políticas, níveis tecnológicos e senso ético (ALBAGLI, 2004).

Estas transformações se configuram “espacialmente em modos de estruturação, organização, subdivisão e gestão de território, envolvendo um conjunto de ações – nos planos material e imaterial” (ALBAGLI, 2004:39) que vão estabelecer constância e singularidade pertinentes a certo recorte de tempo.

Deste modo, o espaço permeado pelas relações sociais torna-se uma estrutura ativa, que se configura como uma esfera de expressão de poder e também de liberdade, de opiniões e formulações de demandas políticas. A emergência histórica de tensões sociais em busca de maiores domínios sobre os territórios podem ser ilustradas pelos processos recentes que resultaram no colonialismo e no imperialismo, na desigualdade de desenvolvimento entre algumas regiões mundiais e atualmente na “formação de um mercado mundial, com o estabelecimento de redes planetárias de circulação e consumo sob o comando de grandes conglomerados e a hegemonia de determinados Estados” (ALBAGLI, 2004:38-39).

A identificação do espaço geográfico por meio de um nome o designa e o distingue, pois esta ação se caracteriza como uma das primeiras formas de apropriação e afirmação de identidade. Determinar uma nomeação específica também singulariza e estabelece suas fronteiras internas e externas frente aos demais espaços globais (ALBAGLI, 2004). A autora interpreta a dimensão sociopolítica como um arranjo entre os “fluxos de informação, conhecimento e decisões que engendram, por sua vez, fluxos de produtos, dinheiro, pessoas e energia, por meio de redes” (ALBAGLI, 2004:39).

Etimologicamente a palavra rede advém do latim: *retis*, significando o entrelaçamento de fios com aberturas regulares que formam uma espécie de tecido. Segundo Olivieri (2002:1) a partir desta noção de entrelaçamento e estrutura reticulada, a palavra “rede” foi ganhando novos significados ao longo do tempo, passando a ser empregada em diferentes situações. O conceito de rede transformou-se nas últimas duas décadas em uma alternativa prática de organização, possibilitando processos capazes de responder às demandas de flexibilidade, conectividade e descentralização das esferas de atuação e articulação social na contemporaneidade.

Estas mudanças se refletem nas formas de organização territorial, compostos pelos variados modos de inter-relação entre os diferentes atores sociais, internos e externos a um determinado local. A singularidade destas interações fundamentam as diferenças entre os aspectos físicos, sociais, econômicos, culturais, políticos e institucionais que compõem cada local ou região, determinando seus subespaços e possibilitando distintas influências e combinações para a produção de conhecimento e de soluções inovadoras.

No âmbito desta pesquisa as interações entre os diversos atores apresenta importante relevância para o desenvolvimento de produtos e serviços, considerando que a integração e a gestão dos indivíduos e grupos sociais são fatores determinantes para o sucesso ou o fracasso dos sistemas projetuais (VAN HALEN et al, 2005). Deste modo, a dimensão sociopolítica é de grande relevância, pois o comportamento e as motivações dos agentes participantes definem os interesses e os níveis de colaboração dos diferentes indivíduos, grupos sociais e instituições no desenvolvimento de iniciativas orientadas pelo design.

A colaboração no processo de design envolve não somente os usuários finais dos produtos ou serviços, mas todos os atores que integram as diferentes etapas, tendo em vista a conjunção de esforços para a o desenvolvimento de soluções fundamentadas nos interesses coletivos. Conseqüentemente, a colaboração no desenvolvimento de produtos (e serviços) pode ser compreendida como uma ação ou resultado produtivo ou criativo em um grupo solidário de pessoas comprometidas com objetivos comuns em determinado processo, conforme afirmação de Heemann et al (2008:3).

### 2.3.3 Dimensão simbólica

As concepções simbólicas que advém das interações sociais se concretizam no espaço geográfico, constituindo uma identidade territorial elaborada e apreendida pelos atores sociais. Deste modo, o território atua como base de sustentação e como resultante do desenvolvimento de identidades dos indivíduos e da coletividade, constituído a partir das especificidades locais e dos vínculos de pertencimento (ALBAGLI, 2004:39).

A estruturação das identidades ocorre a partir dos conflitos entre os diferentes agentes e lugares da socialização, pois são ativadas pelas contingências e pelas lutas, sendo permanentemente construídas na ação (WHITE, 1992). Assim, a construção de uma identidade coletiva incorporada a um território o particulariza e define sua relação com os demais.

Como a constituição das identidades se fundamenta no reconhecimento por outros atores, sejam eles semelhantes ou divergentes, as interações sociais assumem um papel fundamental neste processo. Estas interações consistem em uma etapa determinante para o processo inclusivo nas sociedades modernas, pois no contexto contemporâneo o indivíduo procura ancorar-se em identidades (por exemplo: identidades étnicas, comunitárias, regionalistas, entre outras) como parte da construção de seu posicionamento nas estruturas sociais.

Destas interações surge o conhecimento coletivo, que costuma ser composto por características singulares e desigualmente distribuído, podendo ou não representar uma fonte de transformação para o ambiente em que foi originado. Este saber estabelecido coletivamente não é constituído simplesmente pelo conjunto de conhecimentos dos atores locais (indivíduos e organizações), pois sua resultante depende das sinergias originadas nos processos de interação e qualquer mudança pode provocar alterações em sua constituição (ALBAGLI; MACIEL, 2004:11).

Albagli e Maciel (2004:11) reconhecem os aglomerados produtivos, científicos, tecnológicos ou inovativos como ambientes adequados às interações, à troca de conhecimento e ao aprendizado. Estes espaços privilegiam o conhecimento, o aprendizado e a inovação, pois não apresentam uma dimensão estritamente econômica, sendo compostos por ambientes sociais em toda sua complexidade.

Outras condições favoráveis destes ambientes também são propiciadas pela mobilidade dos trabalhadores, pela composição de redes formais e informais e pela existência de bases sociais e culturais comuns que atribuem o sentido de identidade e de pertencimento. Nestes casos, a proximidade espacial favorece a comunicação e a colaboração, entretanto torna-se necessário estabelecer condições institucionais e socioculturais que propiciem uma maior efetividade dos processos de aprendizagem para que ocorra uma melhoria continuada e duradoura dos territórios.

Um dos elementos primordiais para a transmissão e troca entre os saberes tácitos e codificados são os processos de comunicação (ALBAGLI, 2004), que encadeiam os distintos segmentos, setores ou grupos sociais e suas experiências e habilidades plurais. De modo geral, estes saberes não podem ser formalizados ou explicitados, pois suas características são subjetivas e inerentes aos sujeitos aos quais pertencem, entretanto a comunicação atua de modo determinante na interconexão destes saberes, que por sua vez constroem as territorialidades.

Segundo Albagli (2004:41) as representações constituídas de modo individual ou coletivo “não só contribuem para forjar o território, como também constituem um patrimônio ideológico que atua no sentido da sua conservação, estabelecendo-se uma complexa relação território/identidade/mito/legitimação política”.

Por sua vez, a atuação do campo do design comporta os limites imprecisos que constituem a produção material, suas estruturações simbólicas e a constituição das identidades. Esta capacidade de compreensão e transposição dos saberes, valores e modos de vida influencia o desenvolvimento de produtos e serviços oriundos de determinada localidade. Ono (2004:61) defende que, neste estreito vínculo entre o design e a composição do universo simbólico e material é importante considerar sua influência na construção de valores, práticas e costumes e sua participação e responsabilidade na quantidade e na qualidade de produtos gerados e incorporados no meio social.

### **2.3.4 Dimensão econômica**

A dimensão econômica do território passou a ser reconhecida como um fenômeno socioeconômico que tem origem nas dinâmicas regulatórias dos

processos de produção, distribuição e consumo e nas sinergias estabelecidas no interior de um espaço e de seus sistemas intrínsecos e extrínsecos. Cada território apresenta modos distintos de valoração e competitividade que determinam os benefícios e diferenciais dos empreendimentos econômicos localizados em determinada localidade produtiva (ALBAGLI, 2004).

O pensamento de Perroux (1955) explicitado por Albagli (2004:42-43) traduz as relações entre os fatores econômicos e o território, pois define que “o comportamento econômico está incrustado em instituições, normas e valores, territorialmente moldados, ressaltando que uma das características mais importantes das interações no mercado é a assimetria de relações de poder entre atores”.

A importância da proximidade territorial como condição para o desenvolvimento e inovação dos aglomerados produtivos tem sido ampliada desde as décadas finais do século XX, frente às transformações ocorridas nos setores econômicos e de produção (ALBAGLI, 2004). De modo gradual, ocorreram transformações significativas nas concepções sobre o papel desempenhado pelas regiões e pelos setores produtivos no desenvolvimento econômico do território.

Estas concepções inicialmente compreendiam as melhorias, a partir dos benefícios estritamente econômicos que a aproximação geográfica poderia propiciar. A estratégia utilizada para criar e desenvolver inovações econômicas, na maioria das vezes, fundamentava-se na busca por vantagens competitivas em detrimento das parcerias institucionais colaborativas.

Com a ampliação do panorama de análise, a qualidade das interações locais foi posta em destaque, tornando-se um elemento central para obtenção de transformações sociais contínuas e de grande impacto. Assim, o desenvolvimento econômico passou também a ser compreendido como o fortalecimento dos vínculos estratégicos, de cooperação e colaboração permanente entre os atores sociais, envolvendo um processo de aprendizado coletivo em um domínio compartilhado do esforço humano.

De acordo com a análise efetuada por Albagli (2004:44-45) são apresentadas três abordagens diferenciadas desenvolvidas nas décadas finais do século XX, com a finalidade de investigar o papel do território e dos atores sociais na reconfiguração do espaço local:

i) Ambientes inovadores (*Milieux Innovateurs*): esta abordagem adveio da investigação realizada pelo grupo de pesquisa francês GREMI (*Groupe de Recherche Européen sur les Milieux Innovateurs*). Este tipo de ambiente é caracterizado “como um conjunto de elementos materiais (firmas, infraestrutura), imateriais (conhecimento) e institucionais (regras e arcabouço legal) que compõem uma complexa rede de relações voltada para a inovação” (CASSIOLATO; LASTRES, 2005:18).

Estes ambientes inovadores são concebidos como uma rede integrada de atores, atuantes nas esferas produtivas locais e também no ambiente em si, o que propicia e torna viável as interações entre os diferentes grupos de atores (CASSIOLATO; LASTRES, 2005).

ii) Sistemas produtivos e inovativos nacionais, regionais e locais: esta concepção foi originada a partir do conceito de sistemas de inovação desenvolvido por Christopher Freeman, Richard Nelson e Bengt-Ake Lundvall (1998).

Sob este ponto de vista a inovação se constitui em um fenômeno sistêmico e interativo entre os elementos que integram os sistemas locais (como por exemplo: empresas e clientes, organizações educacionais e de pesquisa, instituições governamentais, entre outros) visando a produção, a disseminação e a utilização de conhecimentos. Nesta perspectiva, a convergência entre os aspectos sociais, institucionais e culturais particulares dos territórios – país, região ou localidade –, em que se encontram os agentes econômicos pressupõe seu potencial de inovação.

iii) Novos espaços industriais: esta proposta definida por Scott e Storper (2003) caracteriza uma prática integralmente fundamentada no território quando sua viabilidade econômica se baseia em ativos de determinada localidade (como por exemplo: trabalho, tecnologia, interações e recursos específicos, entre outros) que não podem ser desenvolvidos ou reproduzidos de modo simples e rápido em outros lugares. Neste caso, a atividade é territorializada quando os produtores se mantêm ou transferem-se de uma localidade devido às especificidades inerentes daquela região.

Embora estas três abordagens territoriais apresentem nuances entre suas respectivas interpretações, de modo geral estas concepções abrangem o desenvolvimento e a implantação de mudanças socioeconômicas a partir de uma integração ativa entre os beneficiários e suas localidades.

Considerando a abrangência dos conceitos de desenvolvimento local na dimensão econômica, identifica-se a centralidade dos atores nas ações de desenvolvimento, que incluem práticas promovidas por instituições públicas e privadas, empresas, organizações sociais, comunidades e grupos produtivos. As conexões entre estes atores se configuram como elos de uma rede, que associam os recursos, os valores tangíveis e intangíveis, os interesses, o conhecimento formal e tácito e os modos de disseminação da informação, que vão compor o “ambiente” do território.

Sob o enfoque desta pesquisa, na dimensão econômica o design pode contribuir com ações voltadas para a ampliação de valor e qualidade dos produtos e serviços desenvolvidos. Para fundamentar estas ações e propiciar benefícios socioeconômicos, os diversos elementos materiais e imateriais de cada território necessitam ser considerados.

A articulação dos processos de projeto na dimensão econômica também ocorre a partir do fortalecimento dos vínculos estratégicos, de cooperação e colaboração permanente entre os atores sociais. Estes processos envolvem o aprendizado coletivo em um domínio compartilhado de saberes e esforços humanos, tendo em vista o desenvolvimento de modos diferenciados de produção, consumo e comercialização.

## **2.4 Economia solidária e desenvolvimento local**

A perspectiva de desenvolvimento local baseada em dinâmicas mais participativas e horizontalizadas se aproxima dos preceitos comuns à economia solidária, sinalizando para o potencial de integração destas práticas. Os benefícios desta integração se refletem no direcionamento de ações em busca de um desenvolvimento socioeconômico mais igualitário, com perspectivas reais de participação e de afirmação da cidadania, que se fazem presentes nos eixos teóricos e práticos da economia solidária.

A constituição do campo da economia solidária no Brasil ocorreu simultaneamente à articulação das práticas nas esferas políticas, econômicas e sociais. Estas experiências nasceram articuladas com as especificidades de cada localidade e de seus habitantes, deste modo sua construção se configurou a partir

dos aspectos multidimensionais que compõem o ambiente, incluindo os recursos materiais e os aspectos sociais, políticos, econômicos, simbólicos e culturais.

A economia solidária se originou em um campo de formulações de demandas econômicas redistributivas sob o ideal de produção, distribuição e consumo ético e igualitário em favor do ser humano e do ambiente. Em seu percurso histórico, tem passado por ressignificações teórico-práticas, gerando embates e desacordos que distanciam as possibilidades de formação de consenso.

Além do caráter combativo em busca de meios de subsistência frente ao desemprego, o fortalecimento da economia solidária se encontra estreitamente vinculado às transformações democráticas pautadas em modelos cooperativistas, associativistas e autogestionários, que fundamentam a construção da cidadania, da democracia e da igualdade de direitos a partir de elaborações de ordem prática (SILVEIRA, 2007:53).

Devido à intrincada contextura de posicionamentos ideológicos que perpassa o panorama da economia solidária, estas discussões não irão compor o escopo deste trabalho, pois abrangem pontos de vista fundamentados em distintas áreas do conhecimento, muito além das fronteiras do design. Optou-se pela constituição de uma síntese dos principais aspectos históricos e sociais, pois este quadro teórico posteriormente vai auxiliar a compreensão das possibilidades de inserção do design como ferramenta de auxílio para o desenvolvimento de melhorias estratégicas nos empreendimentos econômicos solidários.

Deste modo, o presente tópico busca investigar as potencialidades das ações fundamentadas na economia solidária para o desenvolvimento local e para a valorização do território. Para fundamentar a constituição histórico-social do referido tema, este tópico está baseado principalmente nos estudos de Lechat (2004), Barbosa (2007) e Menezes (2007), haja vista que estas pesquisadoras já realizaram investigações aprofundadas sobre o tema.

#### **2.4.1 A economia solidária como um campo de ideias e de práticas no contexto brasileiro**

No Brasil, especialmente a partir da década de 1980, ocorreram profundas transformações nas estruturas socioeconômicas que provocaram efeitos contundentes no âmbito do trabalho e a consequente busca dos trabalhadores por



sua própria subsistência, o que possibilitou a sublevação de iniciativas solidárias como categorias de reivindicação de demandas sociais, políticas e econômicas.

Neste período, iniciativas associativistas e ações políticas orientadas às melhorias sociais, sustentaram a estruturação da economia solidária no âmbito do Estado, “como parte de uma resignificação semântica, política, econômica e social do trabalho” (BARBOSA, 2007:22), que visava estabelecer seu reconhecimento principalmente pelas contingências da cultura do autoemprego, desvinculando-a da crise do trabalho e da queda qualitativa das vantagens empregatícias.

Neste panorama de precarização e desigualdade emerge a economia solidária, pautada ora como uma categoria econômica diferenciada e autônoma, ora como um conceito ou movimento social. Embora não exista um consenso sobre seu enquadramento prático e teórico, as experiências que deram origem à economia solidária foram determinadas por diversificados modos de associação e organização de trabalhadores desempregados ou no limiar da informalidade e da precarização, em uma tentativa de resgate dos princípios de solidariedade e de autogestão visando a redemocratização social e econômica.

Por outro lado, as teorizações iniciais desenvolvidas por estudiosos brasileiros acerca da economia solidária a partir de meados da década de 1990, foram fundamentadas nas experiências empíricas oriundas de certas atividades dos setores econômicos denominados então, de informal e popular. Os traços que particularizaram esta categoria econômica como solidária se devem ao recorte diferenciado que foi estabelecido, destacando características como o cooperativismo e a autogestão entre os diversos modos existentes de geração de trabalho e renda (LECHAT, 2004).

As primeiras experiências econômicas reconhecidas como solidárias surgem durante a crise contemporânea do trabalho e do emprego que marcou o sistema socioeconômico ocidental durante o século XX até o início do século XXI. Esta crise esteve diretamente atrelada à ampliação máxima das forças produtivas inerentes aos modelos fundamentados no fordismo<sup>10</sup> e no keynesianismo<sup>11</sup>, na

---

<sup>10</sup> Gramsci define o fordismo, conjuntamente com os demais fenômenos atrelados, como a intensa potencialização dos modos de produção e reprodução de capital pela economia moderna (GRAMSCI, 1978).

<sup>11</sup> Teoria desenvolvida por John Maynard Keynes, embasada no modelo do Estado intervencionista, como agente fundamental de controle econômico (KEYNES, 1992).

fragilidade das forças reguladoras do Estado e na expansão em níveis mundiais das forças produtivas, distributivas e de acumulação (BARBOSA, 2007).

A soma destes fatores ultrapassou os mecanismos de controle exercidos pelo sistema e, em favor de novos modelos produtivos e de valorização do capital, os índices de desemprego se ampliaram sobremaneira. Estes acontecimentos provocaram mudanças nas relações de trabalho e nos sistemas de produção, resultando na flexibilização do trabalho e do trabalhador, na precarização das condições de trabalho e nos índices crescentes de desemprego em escala mundial.

Deste modo, no último quartel do século XX, as estruturas que fundamentam o mundo do trabalho passaram a ser ordenadas globalmente pelas oscilações do capital, sofrendo rearranjos em suas bases para dar lugar a novos modos de produção e controle (FARIA, S/D). A reestruturação dos arranjos produtivos alterou as condições organizacionais e a gestão do trabalho e fragilizou a condição do trabalhador, entretanto convém ressaltar que também se mostrou com uma vantajosa alternativa, uma vez que atuou no fortalecimento do modo de acumulação e de concentração de capital.

A partir da década de 1980 estas mudanças se refletiram com mais força no quadro econômico brasileiro, com a flagrante desaceleração do nacional-desenvolvimentismo<sup>12</sup> em vigor desde 1930, o que provocou a descontinuação do desenvolvimento econômico e a consequente desestruturação do mercado de trabalho. Na década de 1990, acompanhando a vaga neoliberal que direcionava a economia ocidental, foram implantadas no Brasil diversas reformas políticas tendo em vista a reconfiguração da macroeconomia, com forte ênfase na abertura comercial, na desindustrialização, na ampliação do processo de privatização e na redução paulatina e continuada dos investimentos sociais (BOITO JR., 1999).

O último decênio do século XX é considerado um importante período para a análise da crise conjuntural, que resultou nas profundas alterações ocorridas nas relações de trabalho e emprego, considerando que os modelos laborais aludidos como inovadores (como por exemplo: o trabalho autônomo, em tempo parcial,

---

<sup>12</sup> O Desenvolvimentismo foi a denominação atribuída à estratégia nacional empregada pelos países que começaram a sua industrialização nos anos 1930 ou no final da II Guerra Mundial, que aspiravam a construção do Estado Nacional. (BRESSER-PEREIRA, 2007). Este modelo, vigente no Brasil de 1930 a 1980 foi caracterizado: (i) pelo ativo papel do Estado na promoção do crescimento por meio da industrialização; (ii) pela participação do Estado na produção por meio da criação de empresas públicas; (iii) pela participação das empresas nacionais privadas e das transnacionais que constituíram um “tripé” com o Estado. (CASTRO; CARVALHO, 2003).

com contratos provisórios, etc.), tomaram o lugar do contrato de trabalho-padrão<sup>13</sup> na esfera produtiva.

Todavia frente às regulações existentes, estas novas modalidades favoreceram uma avultosa desordem do trabalho, pois estas modificações resultaram em uma precarização das relações e dos processos de produção e suas decorrências foram a ampliação do desemprego e a escassez dos empregos estáveis, provocando a redução dos ganhos, dos direitos e da segurança do trabalhador e, conseqüentemente, a ampliação das inseguranças sociais (MATTOSO; BALTAR, 1997).

A convergência destes fatores, congregados à desregulamentação dos contratos de trabalho, à destituição dos direitos sociais, ao atrofiamento estatal e à ampliação sem precedentes do desemprego desencadearam grandes índices de pobreza e de miséria, que por sua vez estimularam a busca por formas diferenciadas de produção e reinserção no mercado, a fim de encontrar soluções para a escassez de trabalho e renda (PEREIRA, 2011).

Nesse íterim, como resultante dos empreendimentos coletivistas baseados na autogestão advindos da sociedade civil e do estímulo do Estado para o desenvolvimento do autoemprego e da organização autônoma do trabalho, adveio a instauração de inúmeras organizações associativistas, que posteriormente se estabeleceram sob as premissas conceituais da economia solidária (PEREIRA, 2011). É importante salientar as ações de descentralização da proteção social tomadas pelo Estado Brasileiro na segunda metade da década 1990 que, associadas aos demais fatores supracitados, deslocam as urgências públicas para setores privados com fins lucrativos e não lucrativos, marcando a minimização da atuação estatal e a predominância do livre mercado (BARBOSA, 2007).

A partir deste momento se consolida a atuação das organizações baseadas no voluntarismo, na filantropia, na caridade e na cooperação mútua que incidem para o atendimento das necessidades sociais, a partir de um sistema de parcerias com o próprio Estado, que tem sido denominado de “refilantropização da questão social” (PEREIRA, 2011:23).

---

<sup>13</sup> Galeazzi (2007:84) define de modo sintetizado o “paradigma do contrato de trabalho-padrão ou emprego típico [...] como o trabalho que é realizado para um único empregador, geralmente por período indefinido, acordado através de contrato de trabalho entre o empregador e o empregado, exercido em local definido pelo primeiro, com tarefas definidas e exercidas de modo contínuo, com regime de jornada integral e plenamente amparado pela legislação vigente que rege o trabalho subordinado”.

Esse contexto é determinado pelo esvaziamento dos direitos sociais e pela desresponsabilização do Estado, ao mesmo tempo em que ocorre uma transferência de responsabilidades aos setores privados e à sociedade civil – mascarada por um discurso de solidariedade e ética contra a miséria –, que tenta difundir a mensagem de que é possível encontrar soluções para as questões socioeconômicas estruturais tendo como ponto de partida a organização e a mobilização social.

Reconhecer estas contradições permite um avanço nas reflexões e no dimensionamento real das ações efetivadas pelo Estado e pela sociedade civil em prol da economia solidária, pois é inegável a validade de algumas iniciativas que se mostram capazes de promover a geração de renda e a melhoria do bem-estar humano em alguns nichos sociais.

Não obstante, é preciso considerar as tensões que cercam a postura emancipatória dos empreendimentos denominados de solidários em busca da promoção de autonomia econômica dos setores de baixa capitalização. Muitas vezes, a falta de uma oposição clara do setor às políticas sociais – destituídas de direitos e institucionalizadas pelo Estado –, legitima uma reestruturação conservadora e marcada pelo continuísmo das heterogeneidades sociais.

Compondo este cenário de transformações econômicas, se destacam desde a década de 1980 diversas instituições amparadas pela sociedade civil que alcançaram relevância no panorama nacional ao se fundamentarem nos princípios solidários e na geração de trabalho e renda para as classes menos favorecidas. Na década de 1990, a geração de políticas públicas orientadas para o empreendedorismo e a oferta de crédito também contribuiu como resposta para a economia informal, embora de modo fragmentado. Nesta conjuntura originaram-se as mais diferentes categorias organizacionais paritárias à economia solidária ou que passaram a ser institucionalizadas e legitimadas como parte do conjunto de ideias e práticas.

As ações econômicas baseadas na solidariedade nasceram a partir de uma crítica ao cooperativismo agroindustrial, que predominou no Brasil até meados do século XX. Seus ideais se alicerçavam nos princípios da autonomia e nos embates em prol da redemocratização do país. Os principais sujeitos fomentadores destas práticas atuavam na reestruturação dos processos democráticos do país, representados coletivamente por instituições ou organizações como sindicatos,

igrejas, universidades, organizações não governamentais e partidos de esquerda (BARBOSA, 2007).

As iniciativas constituídas por sujeitos coletivos, conjuntamente com as políticas públicas promulgadas pelo Governo Federal no final do século XX marcam pela primeira vez a busca por soluções para a minimização do desemprego a partir de caminhos não necessariamente vinculados ao trabalho assalariado (BARBOSA, 2007). Mesmo que a década de 1980 tenha sido marcada pela atuação de diversas instituições em prol da melhoria social de base solidária, o espaço de debates e mediação de interesses, articulado e organizado nacionalmente teve seu início durante as atividades referentes ao tema da economia solidária, realizadas no 1º Fórum Social Mundial (FSM) que ocorreu em janeiro de 2001 na cidade de Porto Alegre (RS).

Desde então, houve uma profunda e substancial alteração no corpo teórico que fundamentava a economia solidária e, deste modo, no início do século XX se principia a construção de um novo modo de reconhecimento das teorias e das práticas que compõem este campo (VIEIRA, 2006). A reconstrução teórica e a revisão das práticas sociais teve maior ênfase durante o desenvolvimento das atividades da economia solidária no 2º e no 3º Fórum Social Mundial, quando se estabeleceu um Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, que congregava variadas instituições nacionais e internacionais vinculadas ao tema.

A partir da institucionalização da economia solidária como Política Federal houve maior ênfase no desenvolvimento e consolidação de estudos que mapeassem e qualificassem a economia solidária enquanto projeto político, reconhecendo suas limitações nas esferas da prática. Os importantes mapeamentos realizados prostraram a ideia de que a economia solidária se constituía em um campo sólido e unificado, pelo contrário, expuseram as experiências fragmentadas e isoladas que operavam como tentativas para solucionar problemas de exclusão social de cunho sociopolítico (VIEIRA, 2006).

Ao analisarmos as principais ações desenvolvidas pelas organizações governamentais e não governamentais no campo social e econômico, podemos observar um panorama diversificado de práticas no campo da economia solidária e do desenvolvimento local em território brasileiro. Com a descentralização do papel do Estado, as organizações da sociedade civil assumiram uma participação mais ativa, em busca de melhorias para os grupos sociais e suas localidades.

A atuação destas organizações nas esferas populares consolidou a elaboração e implantação de projetos fundamentados no desenvolvimento social e econômico dos territórios. Estas ações propiciaram um espaço para reflexões sobre as possibilidades de construção de novos modos de agir, baseados em princípios de solidariedade e em alternativas econômicas diferenciadas.

O enfrentamento aos problemas de ordem pública (como por exemplo: a geração de emprego e renda, o bem estar social e a potencialização dos recursos, entre outros), tem reafirmado a dimensão política desta nova perspectiva econômica fundamentada em modelos de desenvolvimento mais igualitários, voltados para a preservação do bem estar humano e dos recursos ambientais.

O caráter político do movimento – enquanto reordenamento socioeconômico advindo das massas – representa a construção de um espaço de organização coletiva, discussão e encaminhamento de demandas. Por outro lado, como política pública esta categoria econômica segue as tendências dos programas estatais de geração de emprego e renda, atuando na reestruturação produtiva e também como um paliativo na desregulamentação do campo da proteção social (BARBOSA, 2007).

Segundo estas considerações torna-se possível identificar as diversas ambiguidades que permeiam o campo da economia solidária, pois de acordo com a perspectiva observada pode propiciar benefícios econômicos para as periferias sociais ou abrandar as questões não resolvidas pelo Estado. Em meio a esses contrapontos, as ações concretas e os benefícios gerados têm se mostrado como uma resposta promissora para milhares de organizações coletivas organizadas sob os princípios da economia solidária conforme aponta o relatório do MTE/SENAES (2006).

Por atuar diretamente em melhorias econômicas e sociais locais a economia solidária tem integrado as discussões sobre novos processos de desenvolvimento orientados para o local e alicerçados no protagonismo dos atores como componente formador das dinâmicas solidárias inovadoras. Esses processos de desenvolvimento convergem com as experiências solidárias na medida em que as soluções são articuladas com base nas dinâmicas que constituem cada localidade, tendo em vista a melhoria da qualidade da vida humana a partir de condições mais justa de trabalho e do respeito com as questões ambientais.

## 2.5 Considerações: convergências entre a economia solidária e o desenvolvimento local

Uma variedade de discursos compõe as concepções de desenvolvimento local, que variam conforme o modo de análise e os fundamentos epistemológicos em que se baseiam. Nos debates estabelecidos no contexto brasileiro a natureza dos vínculos entre a economia solidária e o desenvolvimento local se origina a partir do estabelecimento de relações sistêmicas que não ocorrem de modo automático (SILVEIRA, 2007). A construção destas conexões advém da intencionalidade dos atores sociais e da efetividade das dinâmicas locais de gestão, pois a associação destes fatores propicia o desenvolvimento de respostas viáveis para as necessidades identificadas em determinada localidade.

Segundo o autor estas conexões podem ser observadas sob dois aspectos. Sob a perspectiva do desenvolvimento local as práticas fundamentadas na participação dos grupos sociais tornam-se improdutivas se não forem baseadas em uma criação compartilhada.

*“Por um lado, uma dinâmica de desenvolvimento local, mesmo tendo forte participação comunitária, torna-se estéril se não transformar a cooperação em criação produtiva compartilhada. Mais especificamente, se não envolver a construção de um tecido cooperativo capaz de suscitar empreendimentos solidários em rede, a partir de seus ambientes comunitários de constituição.”* (SILVEIRA, 2007:53)

Deste modo, um dos mais importantes aspectos a ser considerado no desenvolvimento destas iniciativas consiste em promover práticas colaborativas que interconectem os empreendimentos solidários a partir de seus locais de origem. Estas dinâmicas passam a construir de modo mais efetivo, um sentido de coletividade nos indivíduos e grupos participantes, o que favorece a manutenção e a durabilidade das iniciativas. Quando desvinculados de seu ambiente de origem Silveira (2007) aponta para a possibilidade de fragilização das práticas solidárias.

*“Por outro lado, o fomento a empreendimentos solidários dissociados do meio territorial, por mais que gere elos em cadeias produtivas setoriais, tende a se fragilizar na sua base de articulação sustentável. Esta base se encontra, especialmente, nas dinâmicas democrático-participativas locais de transformação intencional na matriz de desenvolvimento, dinâmicas que constituem o núcleo do desenvolvimento local.”* (SILVEIRA, 2007:53)

A síntese dessas ideias demonstra que os processos de territorialização e fomento das redes de economia solidária, a partir de estratégias de desenvolvimento local, necessitam ser entendidos como facetas de um mesmo processo de organização social, composto pela inter-relação entre as questões de ordem política, econômica e cultural com o meio ambiente (SILVEIRA, 2007).

Diante dessa perspectiva, o enfoque principal do desenvolvimento das iniciativas solidárias se encontra vinculado ao protagonismo das relações sociais sobre o manejo das técnicas, vinculado ao local como fonte de mudanças sistêmicas. Nas esferas da economia solidária, o debate sobre desenvolvimento é delineado por modelos de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito desenvolvidos sob uma perspectiva distributiva e participativa, originados pelas ações dos diversos atores sociais. Oliveira e Verardo (2007) sintetizam a proposta de desenvolvimento seguida pela economia solidária como:

*“(...) Perspectiva de desenvolvimento econômico e social baseado em novos valores culturais e em novas práticas de trabalho e de relação social. O desenvolvimento não se restringe ao crescimento econômico e deve abranger as relações entre as pessoas, a organização do trabalho, resgatar a dimensão humana na produção, na comercialização e no consumo. Deve rever as transformações sofridas no mundo do trabalho recuperando a relação entre trabalho e tempo livre e a questão socioambiental. Estamos falando de desenvolvimento que envolve o social, o cultural, o político e o afetivo a partir do local, do espaço territorial e também no sentido mais geral, estamos falando de desenvolvimento sustentável.” (OLIVEIRA; VERARDO, 2007:08)*

Em consonância com a proposta de desenvolvimento local a perspectiva de desenvolvimento que perpassa a economia solidária se fundamenta nos princípios de cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade. Estes princípios fundamentam e diferenciam as iniciativas promovidas por este modelo socioeconômico, entre as quais se destacam: os estímulos que garantam a compra e venda dos produtos e serviços entre os empreendedores; a produção diversificada de produtos e serviços; a livre concorrência entre empresas solidárias, tendo em vista a redução dos custos e a ampliação da qualidade; o desenvolvimento de uma moeda diferenciada e o apoio do Estado no fornecimento de crédito, treinamento, assistência tecnológica e políticas de fomento (CASTRO, 2009).



A partir dessas ideias é possível entender as argumentações efetuadas pela maioria dos autores em favor do desenvolvimento de redes que subsidiem o consumo e a produção dos empreendimentos solidários, pois no confronto entre os empreendimentos de base solidária e o mercado (fundamentado na competitividade e na maximização da lucratividade) são identificadas diversas fragilidades e riscos de fragmentação destes empreendimentos.

As informações divulgadas pelo Governo Federal legitimam a contribuição da economia solidária para o desenvolvimento local, sendo que em âmbito estatal este modelo socioeconômico é entendido como política de desenvolvimento. Desde sua institucionalização, os empreendimentos econômicos associados à economia solidária se constituem por valores comuns que fundamentam e caracterizam suas práticas. Estes valores, divulgados pelo MTE/SENAES (2013) e apresentados a seguir, são disseminados pelas instituições governamentais e não governamentais que difundem as práticas solidárias e se baseiam principalmente nas concepções originalmente elaboradas por Singer (2002).

**i) Cooperação:** no âmbito da economia solidária a cooperação é definida como a existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e habilidades, a propriedade coletiva de bens, a distribuição dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva, como empresas autogestionárias ou recuperadas (geridas por trabalhadores); organizações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; clubes de trocas e grupos produtivos informais de segmentos específicos (como por exemplo: mulheres, jovens), entre outros.

**ii) Autogestão:** os participantes das organizações coletivas exercitam as práticas de autogestão dos processos de trabalho nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, no direcionamento e gestão das ações, entre outros modos organizacionais mais horizontalizados. A assistência externa técnica e gerencial, de capacitação e assessoria necessitam ser direcionadas de modo a não substituir ou impossibilitar o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação.

**iii) Dimensão Econômica:** esta dimensão é uma das bases de motivação para integrar esforços e recursos pessoais ou institucionais para a produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Abrange um aglomerado de componentes de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficiência e eficácia, conjuntamente com aspectos culturais, ambientais e sociais.

**iv) Solidariedade:** o caráter de solidariedade atribuído aos empreendimentos compreende diferentes dimensões como: a distribuição equitativa dos resultados alcançados; as oportunidades horizontalizadas de desenvolvimento de capacidades e habilidades; a melhoria das condições de vida dos indivíduos e grupos envolvidos; o compromisso com a preservação do ambiente natural; as relações participativas que se estabelecem com as comunidades; os processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; as relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; a preocupação com o bem estar e o respeito com os trabalhadores e consumidores.

Fundamentado nestes valores o MTE/SENAES (2013) tem promovido ações para formar novos empreendimentos econômicos solidários visando disseminar um modelo sustentado e sustentável de desenvolvimento baseado nas categorias: econômica, social, política e cultural. Nestes empreendimentos estão incluídas as organizações cooperativistas de adesão livre e voluntária; com posse coletiva dos meios de produção; gestão democrática da organização e repartição da receita líquida entre os cooperados a partir de critérios definidos coletivamente.

A economia solidária desenvolve ações convergentes com o desenvolvimento local, pois suas ações congregam as esferas locais, regionais e nacionais, enfatizando as relações intersetoriais entre o Estado e as diferentes esferas da sociedade civil. Este enfoque do desenvolvimento, a partir de uma perspectiva endógena, põe em destaque as abordagens locais fundamentadas na participação proativa de seus próprios agentes, comunidades e instituições.

A atual situação socioeconômica brasileira, se comparada com o cenário existente no período de surgimento dos movimentos econômicos solidários, tem proporcionado mais do que a oferta de emprego, renda e sobrevivência, pois proporciona uma maior segurança e liberdade para que os indivíduos e grupos sociais optem por diferentes modos de vida, mais apropriados às suas necessidades e expectativas.

Pesquisas recentes apontam para uma crescente desaceleração do desemprego, pois os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014) demonstram que a taxa média de desocupação foi estimada em 5,4% em 2013, com uma redução de 7,0 pontos percentuais abaixo da média inferida no ano de 2003, que apresentava índices de 12,4%. Estes números não

representam a solução definitiva para o problema estrutural que acompanha a história brasileira de concentração de renda e de propriedade, que por muitas vezes se constitui em um fator limitante para a erradicação definitiva da condição de pobreza, que ainda não está totalmente superada no Brasil. Por outro lado, a manutenção de uma condição socioeconômica estável abre espaço para a busca por condições de trabalho mais adequadas, melhores salários, cursos de formação e capacitação, entre outras opções que, conseqüentemente convergem para a realização de atividades produtivas mais satisfatórias e mudanças mais profundas nos modos de vida.

As ações empreendedoras e as experiências coletivas de base solidária desenvolvidas nas mais variadas áreas, nos meios rural e urbano, abrangem ações para a melhoria socioeconômica em diversos níveis. Estas melhorias podem ocorrer a partir de iniciativas canalizadas para a geração de emprego e renda, tendo em vista prover meios de subsistência e também para modelos que não envolvem nenhum tipo de transação monetária como, por exemplo, as associações e clubes de troca (de livros, roupas, brinquedos, tempo, entre outros).

O enfoque coletivo e integrador tem se fortalecido a partir do reconhecimento do campo da economia solidária no cenário brasileiro como um fenômeno socioeconômico fundamentado em práticas como a autogestão, a cooperação e o associativismo que podem integrar as mais variadas iniciativas nos mais variados estratos sociais. A singularidade de tais práticas e sua relação com o local se fortalece no desenvolvimento das atividades econômicas articuladas com as diferentes dimensões da vida das pessoas no território, incluindo os aspectos sociais, políticos, simbólicos, culturais e ambientais que compõem as esferas locais.